

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CONSCIÊNCIA DE CLASSE E POPULAÇÃO NEGRA: UMA ANÁLISE
SOBRE DOMINAÇÃO NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 2022**

JULYE ANNE DE OLIVEIRA VOAZIN DOS SANTOS

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CONSCIÊNCIA DE CLASSE E POPULAÇÃO NEGRA: UMA ANÁLISE
SOBRE DOMINAÇÃO NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 2022**

JULYE ANNE DE OLIVEIRA VOAZIN DOS SANTOS

Sob a Orientação da Professora
Marisol Valencia Orrego

e Co-orientação do Professor
Marco Antonio Perruso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Dezembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

dc de Oliveira Voazin dos Santos, Julye Anne , 2001-
Consciência de Classe e População Negra: uma
análise sobre dominação no contexto das eleições de
2022 / Julye Anne de Oliveira Voazin dos Santos. -
Seropédica, 2024.
43 f.

Orientadora: Marisol Valencia Orrego.
Coorientador: Marco Antonio Perruso.
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço
Social , 2024.

1. Consciência de classe. 2. População negra. 3.
Dominação. 4. Eleições. I. Valencia Orrego, Marisol ,
1977-, orient. II. Perruso, Marco Antonio , -,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Serviço Social . IV. Título.

Julye Anne de Oliveira Voazin dos Santos

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E POPULAÇÃO NEGRA: UMA ANÁLISE SOBRE DOMINAÇÃO NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 2022

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 03 de Dezembro de 2024. (data da defesa)

Prof^a. Doutora Marisol Valencio Orrego (Orientador – examinadora 1)
DHSS (UFRRJ)

Prof^a. Doutora Larissa Costa Murad (examinadora 2)
DHSS (UFRRJ)

Prof^a. Doutora Suellen Ferreira Guariento (examinadora 3)
DHSS (UFRRJ)

Seropédica, RJ.
2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus, aos Orixás e meus anjos da guarda por terem me guiado, me abençoado e ter aberto tantas oportunidades durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus pais por todo incentivo que me deram desde da minha infância para entrar em uma universidade. Minha mãe, Ana Cristina, que lutou muito para que eu realizasse esse sonho, agradeço por toda ajuda financeira, por todo carinho e paciência que me deu. Ao meu pai, Luíz Carlos, ou Júnior, como gosta de ser chamado, que trabalhou muito para ver eu me formando, agradeço por todo apoio, pela ajuda financeira, pelos nossos debates políticos, e pelo carinho.

Também quero agradecer também ao meu namorado e amigo, Patrick da Silva, que esteve do meu lado em todos os momentos, quero agradecê-lo por ter me ajudado tanto na minha vida dentro da universidade, por toda paciência, conselhos e carinho.

Gostaria de agradecer meu irmãozinho Nycolas por ter me abençoado com momentos de alegrias, risadas e brincadeiras.

Meus agradecimentos às minhas amigas da Rural, Ariane, Gabrielle, Taís e Silvia, por estarem comigo em todos os momentos possíveis, nos piores e nos melhores dias, sou grata a cada momento que tivemos, com elas meus dias dentro da universidade eram mais leves e felizes.

Sou grata à professora Marisol Valencio Orrego e ao professor Marco Antonio Perruso pela honra de ter sido orientada por ambos e terem me ajudado nesse processo tão complexo na conclusão do curso.

Agradeço a professora Simone Tourino por todo incentivo acadêmico, pela atenção, pelas oportunidades de pesquisa e pelas conversas durante as caronas na volta para casa.

Preciso agradecer pelas minhas supervisoras de campo, Carla Cristina Ramos e Fernanda Lima, por terem me ensinado tanto sobre a atuação do Assistente Social na prática, foi uma experiência de estágio incrível com duas assistentes sociais maravilhosas, e sou muito grata a elas por todo conhecimento que me foi passado.

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais motivações que levam uma pessoa negra pertencente a classe trabalhadora apoiar políticos que vão em contradição aos seus interesses de classe. Além de mostrar como se formou essa classe dentro de um país que carrega uma herança de um passado escravocrata. Também são expostos os métodos de alienação em que a classe dominante utiliza para se manter no poder. Desta maneira, é apresentado o posicionamento da população negra nas eleições presidenciais de 2022 e a influência do ultraneoliberalismo.

Palavras-chave: Consciência de classe; População negra; Dominação; Eleições

ABSTRACT

This paper aims to present the main motivations that lead a black person belonging to the working class to support politicians who contradict their class interests. In addition, it shows how this class was formed within a country that carries a legacy of a slave-owning past. It also exposes the methods of alienation that the ruling class uses to remain in power. In this way, the positioning of the black population in the 2022 presidential elections and the influence of neoliberalism are presented.

Keywords: Class consciousness; Black population; Domination; Elections

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MP - Medida Provisória

PL - Partido Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1. FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NEGRA NO BRASIL | 13 |
| 1.1. ESCRAVIZAÇÃO COMO PRIMEIRA RELAÇÃO DE TRABALHO..... | 13 |
| 1.2. ABOLIÇÃO E IMIGRAÇÃO: NOVAS RELAÇÕES TRABALHISTAS..... | 16 |
| 2. CONSCIÊNCIA DE CLASSE DA POPULAÇÃO NEGRA X MECANISMOS DE DOMINAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE | 21 |
| 2.1. CONSCIÊNCIA DE CLASSE E SUA RELAÇÃO RACIAL..... | 21 |
| 2.2. LUTA DE CLASSES X MECANISMOS DE DOMINAÇÃO..... | 22 |
| 2.3. NEGAÇÃO RACIAL..... | 27 |
| 3. ELEIÇÕES, BOLSONARO E DOMINAÇÃO DA POPULAÇÃO DE NEGRA | 29 |
| 3.1. ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA DE 2022..... | 29 |
| 3.2. BOLSONARO E SUAS PRINCIPAIS FORMAS DE DOMINAÇÃO..... | 30 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 38 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 40 |

INTRODUÇÃO

O intuito de analisar a consciência de classe da população negra surge a partir das eleições para presidência da República em 2022, onde pudemos observar que muitas pessoas negras pertencentes a classe trabalhadora apoiaram a reeleição de Jair Bolsonaro, cujo governo foi marcado pelo desmonte das leis trabalhistas e sociais e pelo seu interesse em beneficiar os grandes empresários.

Uma das principais motivações para escrever sobre o tema em questão foram as vivências do meu pai enquanto um trabalhador negro, pois durante toda a minha vida observei sua luta através de movimentos sindicais e grevistas, na busca pela garantia dos seus direitos. Outro motivo, seria a indignação ao ver familiares e amigos que são atravessados pelo mundo do trabalho e pela discriminação racial apoiarem a destruição dos seus próprios direitos. E, vale ressaltar também o próprio Serviço Social como estimulador do tema, pois foi através da minha graduação que pude atingir uma consciência crítica capaz de compreender as complexidades e as barbáries que o sistema capitalista impõe sobre nossas vidas.

Justifico também a importância do tema para o Serviço Social para que surjam maiores debates acerca da consciência de classe da população negra, e para que as discussões a respeito de raça e classe não sejam separadas, visto que os dois estão entrelaçados na história. Cabe também trazer a importância da emancipação política, principalmente do grupo em questão, para que compreendam seus direitos enquanto pessoas que estão atravessadas pela questão de classe/raça e não apoiem a violação dos mesmos, até porque na própria Constituição Nacional temos a Lei nº 7.716/89, em que garante a punição resultante de preconceito de raça ou cor (Brasil, 1989). Desta forma, o Serviço Social também se posiciona na luta contra o racismo, pois segundo um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p. 23).

Dito isso, a metodologia adotada nesta pesquisa será o levantamento bibliográfico, com foco em autores que discutem as questões de raça e classe, especialmente aqueles que abordam a formação social brasileira. Entre esses autores destaco: Abdias do Nascimento, Clóvis Mouras, Florestan Fernandes e Georg Lukács.

Portanto, o foco deste trabalho é entender quais são as principais motivações que levam uma pessoa negra a apoiar um político conservador que vai em contradição aos direitos da população negra e da classe trabalhadora. Logo, no primeiro capítulo irei analisar a formação da classe trabalhadora negra no Brasil, levando em consideração dois momentos: o primeiro, envolve o desenvolvimento do processo de escravização, onde se tem as primeiras relações de trabalho no Brasil. Relações essas, marcadas por uma desumanização intensa que explorava de todas as formas possíveis a força de trabalho inicialmente indígena, e depois a dos povos africanos. Dentro disso, trataremos, uma análise de como a igreja e a classe senhorial (donos de latifúndios e proprietários de pessoas escravizadas) utilizavam métodos de dominação para justificar o controle sob a população indígena e africana e a escravização das mesmas.

No segundo momento, irei observar como a formação desse grupo prosseguiu após a Lei nº 3.353, mais conhecida como Lei Áurea, em que trouxe a “abolição da escravatura” depois de longos séculos de violência. Nesse período, o Brasil passava por uma mudança no modo de produção, com a introdução do sistema capitalista, e novas relações de trabalho. Então, falarei sobre como esse sistema não trouxe melhorias no que diz respeito a posição da população negra dentro da sociedade brasileira, pelo contrário, a classe dominante fez questão de modificar seus meios de controle para manter a população negra no patamar mais baixo da sociedade. Um desses meios foi o processo de miscigenação, onde se tinha a mudança e substituição da força de trabalho da população negra pela população não negra/branca europeia, pois esse processo tinha como finalidade “embranquecer” a população brasileira. Vale ressaltar que também abordamos as lutas que esse grupo teve tanto para a abolição da escravatura, quanto para ir contra sua situação de classe dentro do sistema capitalista. Além de destacar algumas conquistas trabalhistas e raciais.

No segundo capítulo busquei compreender a consciência de classe da população negra e quais são os principais mecanismos de dominação da elite sob essa população na sociedade brasileira. Inicialmente, procuramos entender o significado de classe e consciência de classe a partir de autores que utilizam como base a teoria marxiana e marxista que se configuram de uma forma crítica as formas de exploração e expropriação no modo de produção capitalista. Depois, analisei a

conexão entre classe e raça, e se a população negra possui uma consciência social capaz de se entender enquanto classe.

Posteriormente, abordo alguns movimentos dessa população para ir contra sua situação, ao mesmo tempo em que mostro diversos métodos de dominação que a classe dominante utilizou (e utiliza até hoje) para fazer com que a população negra não consiga atingir um nível de consciência social e racial que seja capaz de mudar esse sistema estruturalmente racista. Vale destacar o mito da “democracia racial”, criado para negar a existência do racismo e trazer uma falsa realidade de que no Brasil as “oportunidades são iguais para todos”, uma visão ligada à meritocracia e a elite neoliberal branca.

Por fim, no terceiro capítulo trago o principal objetivo deste estudo, que é entender os motivos que incentivaram pessoas negras a apoiar políticos que violam seus direitos. Para analisar esse objetivo, utilizamos como base as eleições de 2022, pois foi uma das eleições mais marcantes dos últimos anos da história do Brasil, onde de um lado tinha um candidato da extrema direita, e do outro, um candidato que representava a esquerda. Depois realizamos uma reflexão sobre algumas ações do governo Bolsonaro que tinham como finalidade a precarização dos direitos trabalhistas/sociais e o benefício da elite brasileira. Também faço uma avaliação dos métodos de controle utilizados pelo governo Bolsonaro para fazer com que uma parte da classe negra trabalhadora o mantivesse no poder.

Posto isso, foi possível evidenciar que mesmo com a maioria da população negra lutando pela garantia dos seus direitos, ainda há uma parcela desse grupo que vai em contradição a essa luta, pois apoia políticos que vão contra os interesses da classe trabalhadora. Então, as eleições de 2022 foram um exemplo de como a extrema direita ainda usa as mesmas formas de controle ligadas ao liberalismo do passado (como a igreja e o exército) para manipular uma parte desse grupo com o ultraneoliberalismo do presente que se mantém forte.

CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NEGRA NO BRASIL

Ao analisar a formação da classe trabalhadora negra no Brasil, é fundamental discutir o impacto da colonização portuguesa, que, enquanto invasão, deixou marcas profundas do racismo, cujo efeitos perduram até os dias atuais. A escravidão, em suas diversas formas, foi um pilar essencial na construção do sistema capitalista e na configuração da divisão de classes no país, pois é a partir desse processo que surgem as primeiras relações de trabalho no Brasil.

1.1. Escravização como primeira relação de trabalho

Primeiramente, o processo de escravização no Brasil se deu, não com as pessoas trazidas do continente africano, mas sim com os povos que já viviam nesta região, os povos indígenas. Tal escravização parecia ser insuficiente para os donos de fazenda, pois “os indígenas sucumbiram às condições de trabalho, cativo e doenças, o que resultou na posterior escravização do africano” (Lara; Barcelos, 2020, p. 207). Esse processo se desenvolveu a partir de 1530, e “em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes” (Nascimento, 1978, p. 48).

Durante esse período, o tráfico de pessoas provenientes do continente africano se tornou um dos principais empreendimentos no chamado “novo mundo”, “estima-se que foram sequestrados do continente africano com destino às Américas, cerca de 8 a 11 milhões de pessoas durante todo o período do tráfico negreiro, sendo que desse total 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 82 *apud* Berdu, 2018, p. 17). O que ocorria era a captura de pessoas africanas em suas terras de origem, depois passavam um longo tempo em navios insalubres (muitos não sobreviviam e não chegavam ao destino final), onde eram tratados de forma desumana, até chegarem nas colônias, na qual eram vendidos como mercadorias para trabalharem de forma escravizada, ou seja, as pessoas negras trazidas da África já utilizavam sua força física trabalhando de forma forçada para donos de fazenda, tornando-se, desta maneira, os primeiros trabalhadores do país. No caso do Brasil, a maioria dos escravizados foram direcionados para trabalharem nas fazendas, onde desempenhavam diversas funções desgastantes. Posteriormente, “até meados dos anos 1850, o trabalho escravo dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores,

voltados para a agricultura de exportação, como também as principais cidades do país” (Mattos, 2007, p. 3).

Entre a metade do século XVIII e o início do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização na Inglaterra, que rapidamente se expandiu nos principais países da Europa. Esse novo modelo de produção transformou as relações de trabalho na região. Com a ascensão do capitalismo industrial, muitos países começaram a abolir a escravidão. Dessa forma, as pessoas que anteriormente viviam em condições de escravidão passaram a ser reconhecidas como ex-escravos, e os que antes eram forçados a trabalhar sem remuneração começaram a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Então, se evidencia que estava acontecendo uma mudança na ordem societária. Todavia, essa mudança não ocorreu nos países da América, já que o tráfico negreiro nas colônias ainda era um comércio lucrativo. “Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. (...) Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (Nascimento, 1978, p. 49). Por isso, de acordo com Kowarick (2019, p. 29 *apud* Lara; Barcelos, 2020, p. 208):

O escravismo nas Américas é expressão colonial do capitalismo europeu em expansão. A modalidade de exploração do trabalho, engendrada ao processo de acumulação originária, nesse caso, o trabalho cativo, torna-se essencial para alavancar e consolidar o capitalismo europeu.

Nesse período, com o desenvolvimento da indústria e a transformação de força de trabalho escrava em trabalho livre e assalariado na Europa, foi analisado que a mão-de-obra deveria ser livre para vender sua força de trabalho, porque somente dessa forma se tornaria uma mercadoria, trazendo lucro com a extração de mais-valor (Berdu, 2018). Apoiado nisso, se inicia uma certa pressão por parte da Inglaterra, para que as colônias nas Américas cessasse o tráfico de escravos e abolissem a escravidão. Todavia, no Brasil, a proibição do tráfico negreiro só foi ocorrer em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós. Com tal proibição, a pressão para que houvesse o fim da escravidão se tornou cada vez mais intensa, não só por parte da Inglaterra, mas também pelas lutas e movimentos da população escravizada.

Já “a resistência escravista se apegava a motivos estritamente egoístas, pois viam-se no escravo uma inversão de capital e um instrumento de trabalho que deveria ser espremido até o bagaço” (Fernandes, 2008, p. 57). Nesse tempo, as práticas de fuga nas fazendas aumentavam gradativamente, com as leis do Ventre

Livre¹ (1871) e do Sexagenário² (1885) muitos escravizados estavam conseguindo sua liberdade. Por conta disso, foi uma época em que havia de forma simultânea trabalho escravo e trabalho livre. Muitos dos ex-escravizados livres e libertos tentaram se inserir em trabalhos de forma assalariada, porém com o regime escravocrata ainda em destaque, a grande maioria dos empregadores não tinham a menor pretensão de assalariar pessoas negras já que ainda eram vistos como mera força de trabalho escravizada. Além disso, tais empregadores passaram a contratar mão de obra europeia, pois já estava surgindo uma pequena mudança urbana e no modo de produção. Ou seja, era notável que a coexistência do trabalho livre e do trabalho escravizado trazia grandes preocupações para os colonos, visto que a abolição da escravidão já estava por vir, então passaram a ter como objetivo transformar a força de trabalho escravizada em força de trabalho não negra/branca procedente da Europa, para acumular o mais rápido possível mão-de-obra assalariada (Fernandes, 2008).

Através disso, muitos negros livres e libertos permaneceram nas fazendas como forma de subsistência, já que era somente nesses locais que sua mão-de-obra ainda era agregada, eram áreas em que a economia não havia avançado, e os imigrantes não haviam ocupado de forma numerosa (Kowarick, 1994). Assim, de acordo com Kowarick (1994, p. 86): “cerca de um terço das fazendas paulistas, nos estertores de 1888, a mão-de-obra era formada predominantemente de ex-cativos que haviam fugido de seus antigos proprietários”, dado que “os antigos senhores não compreendiam sua condição de libertos, tratando-os como se ainda fossem escravos” (Fernandes, 2008, p. 50). Vale mencionar que tiveram aqueles que não continuaram trabalhando, pois mesmo livres ainda eram tidos como escravos. Já aqueles que lutavam por uma posição no mercado de trabalho nas cidades, se depararam com sua exclusão desses espaços. Posto isso, se formou uma massa sobrando composta por ex-escravos e libertos, que ficou conhecida como *vadios* que ficavam pelas ruas sem local fixo de moradia. Então, o ex-escravo “passou a ser visto pelos dominantes como corja inútil, ralé instável, vadio que para nada servia” (Kowarick, 1994, p. 105). Essa situação perdurou até 1888.

¹ Esta Lei dizia que a partir do dia 28 de setembro de 1871 as mulheres escravizadas que descem a luz teriam seus bebês livres.

² Esta Lei tinha como objetivo garantir a liberdade de pessoas escravizadas com 60 anos ou mais.

1.2. Abolição e imigração: novas relações trabalhistas

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu no dia 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea, e posteriormente foi conquistada através da resistência negra que lutou e persistiu na luta pela liberdade. Pois como afirma Fernandes (2008) “a participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva” (p. 30). Sobre tal feito, o país passou por diversas mudanças decorrentes do novo modo de produção que estava se introduzindo, inclusive as próprias relações de trabalho.

Com a industrialização (considerada “tardia”), seria coerente que os ex-escravos fossem ser inseridos no novo modo de produção, não mais como escravos, e sim como trabalhadores assalariados, ou força de trabalho livre, visto que:

A presença dos negros nas fazendas, cidades e casas fosse uma constante, já que inúmeras tarefas e atividades produtivas foram delegadas a eles como algo ‘natural’ a ser feito. Assim, a naturalização das desigualdades entre sujeitos brancos - que mandam - e sujeitos negros - que obedecem e trabalham - foi se enraizando e se espraiando de tal forma que a imagem do negro associado ao trabalho se tornou tão forte que, mesmo quando um branco pobre se via compelido a trabalhar, a impressão que se tinha era a de que ele havia se rebaixado a sua condição de ser humano (Lara; Barcelos, 2020, p. 208-209).

Ou seja, por conta da situação que o negro se encontrava antes da abolição, com uma naturalização do mesmo ligado ao trabalho, seria lógico pensar que o ex-escravo seria forçado a se firmar no modo de produção que estava se inserindo, permanecendo nessa posição em que utiliza sua força de trabalho, porém desta vez em troca de um salário. Entretanto, o que de fato ocorreu foi a continuação dos mesmos nas camadas mais baixas da sociedade, “o negro e o mulato³ passaram a ser discriminados como ex-escravos, como trabalhadores não qualificados” (Ianni, 1978, p. 126 *apud* Ferreira, 2010, p. 62). Isto é, o chamado “assalariamento” se tornou algo distante para o negro naquele período, visto que a introdução do mesmo no mercado de trabalho foi marcada por um processo de extrema discriminação feita por parte dos empregadores. “O regime extinto não desapareceu por completo após a abolição. Persiste na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens” (Fernandes, 2008, p. 302). Por esse motivo, os ex-escravos só tinham duas opções: continuar trabalhando nas fazendas em troca de comida e teto, ou perambular pelas ruas sem muita garantia de sobrevivência.

³ A palavra “mulato(a)” era mais utilizada por autores do século XX, porém atualmente ela é pouco usada, pois tal palavra possui um caráter racista advinda do período escravocrata.

Como explicar o fato de que nas cidades os negros raramente eram aceitos nas fábricas e manufaturas, (...) senão pela existência de práticas segregacionistas que colocavam o negro no patamar mais baixo da escala social, fazendo deles uma força de trabalho reserva de reserva, pois a origem de preferência dos empregadores pós-abolição era: primeiro os imigrantes, segundo os nacionais brancos e, por fim, o negro (Lara; Barcelos, 2020, p. 213).

Assim, cabe dizer que após a Abolição não se criaram políticas para distribuição de terras, nem de trabalho e renda. Pelo contrário abandonaram a população negra, os culpavam pelo seu próprio destino e criaram leis para dificultar cada vez mais a possibilidade do negro ser um trabalhador assalariado, como a Lei de Terras de 1850 que foi criada para quando se desse a Abolição da escravidão, a população negra livre não pudesse ter acesso a terras. Outra política criada, foi a de trazer imigrantes da Europa, visto que esses já pertenciam à classe trabalhadora e já eram adaptados ao sistema exploratório gerido pelo modo de produção capitalista, além disso, a imigração tinha como objetivo a miscigenação, ou seja, o embranquecimento da população brasileira.

E para que essa política se concretizasse era necessário reformular o significado de trabalho que ainda era associado a mão-de-obra forçada, por isso a “importância de se elaborar uma visão do trabalho como sendo algo dignificante e de grande estima para a formação do indivíduo, uma tentativa de se superar aquele estigma de ser algo vinculado ao sujeito que se encontrava escravizado” (Lara; Barcelos, 2020, p. 209-210), a definição de trabalho e trabalhador tinha que ser associada a modernização e ao progresso. Vale enfatizar que essa mudança de pensamento não tinha como objetivo transformar o ex-escravo em um trabalhador assalariado de forma concreta, e sim em mudar a força de trabalho negra pela branca, desse modo foi construída uma imagem do trabalhador europeu como trabalhadores excelentes, um exemplo a ser seguido.

Sendo assim, em concordância com o que Ferreira (2010, p. 64) afirma, “o trabalhador nacional foi reabilitado para executar tarefas que os imigrantes recusaram”. Em consequência as “ocupações que restaram aos ex-escravos na cidade eram de: lavar casas, carregar lenha e outras cargas, puxar carrocinhas, engraxar sapatos, limpar quintais e automóveis” (Kowarick, 2019, p. 142 *apud* Lara; Barcelos, 2020, p. 218), os negros foram então distanciados ao máximo do mercado de trabalho urbano, mesmo com as diversas tentativas de lutas políticas, pois não tinham força suficiente para tal, gerando um longo processo de pauperização da

população negra que, desse modo, se tornaram subproletários (Fernandes, 2008, p. 120). Portanto, conforme aponta o autor:

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção do sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, e virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais (Fernandes, 2008, p. 31).

No período inicial do modo de produção capitalista no país, a quantidade de imigrantes era tão abundante que se produziu também uma massa de trabalhadores europeus de reserva, pois era “necessário produzir uma reserva de trabalho que substituísse a mão-de-obra que deixava os cafezais, sendo, portanto, imperiosa a constante renovação dos fluxos migratórios” (Kowarick, 1994, p. 108). Isto significa que a imigração europeia foi um grande sucesso, graças às promessas feitas para os mesmos para trabalharem no Brasil. A grande maioria aceitou vender sua força de trabalho em troca de melhores condições de vida. No entanto, a realidade foi um processo de extrema exploração. Vale ressaltar que os empregadores tinham como principal referência de relação de trabalho a escravidão, ou seja, para eles as relações de trabalho poderiam ser seguidas conforme as do período escravocrata (Lara; Barcelos, 2020). Sendo assim, as promessas de uma vida digna cessaram.

Aos imigrantes que aqui aportaram com o sonho de *fare l'América* e que não tiveram condições de comprar um lote de terra a fim de tentar um processo de ascensão social, restaram as fábricas de São Paulo com suas jornadas de trabalho extenuantes e sob o jugo do burguês que carrega em sua formação social a herança da ideologia escravocrata (Lara; Barcelos, 2020, p. 218).

Os trabalhadores imigrantes trabalhavam sob condições desumanas, nas quais se encontravam crianças e adultos (muitas das vezes em situação de doença) com jornadas de trabalho acima de 14 horas. Diante desse processo exploratório, em meados de 1910, tais trabalhadores passaram a exigir direitos básicos para melhorar as condições de trabalho. A partir do descontentamento com as condições que se encontravam, nesse período surgem os primeiros movimentos da classe operária no Brasil, marcada por diversas greves e revoltas. Nesse momento, o

movimento operário se formava pelos trabalhadores imigrantes e nacionais brancos. Mesmo quando trabalhadores negros realizavam suas greves, os mesmos eram vistos como revoltados por parte das autoridades, então eram detidos da maneira mais violenta possível.

Segundo Kowarick (1994), a partir de 1914 o fluxo de imigrantes vindos da Europa começou a diminuir, especialmente por conta da Guerra Mundial. A partir disso e dos grandes movimentos grevistas da época, a classe dominante passou a olhar para o imigrante não mais como um trabalhador educado e qualificado, mas sim como rebelde, e com a preocupação do chamado *vírus anarquista* (de origem estrangeira). Então, se tem um processo de realocar os trabalhadores nacionais dentro do mercado de trabalho, dado que “sob esse aspecto reconstrói a imagem do trabalhador nacional, que, à diferença do estrangeiro, trabalha a preços módicos, aceita qualquer tarefa sem reclamar ou lançar mão de paralisações” (Kowarick, 1994, p. 113). Já os trabalhadores negros continuaram como reserva da reserva, pois era importante para a classe dominante mantê-los nessa posição, uma vez que “sua presença no cenário urbano pressionava ainda mais para manter os salários aviltados e servia, como os demais grupos étnicos, para desarticular a resistência operária nos momentos de greve” (Kowarick, 1994, p. 115). Ou seja, de acordo com Pinto (1993, p. 163 *apud* Ferreira, 2010, p. 74):

Os conflitos étnicos realmente contribuíram para que o movimento operário brasileiro perdesse força, fizeram fracassar greves, destruíram e impediram a organização de sindicatos. Contribuiu para essa animosidade o fato de os brasileiros se sentirem preteridos no mercado de trabalho e serem considerados cultural e racialmente inferiores ao trabalhador europeu. Os imigrantes militantes, por sua vez, sentiram-se traídos pelos trabalhadores brasileiros que, em geral, ocupando posições inferiores no mercado de trabalho, não hesitavam em substituí-los durante as greves.

Posto isso, se tem uma certa inclusão de negros e nacionais no mercado de trabalho, pois a economia urbana estava se expandindo, então havia necessidade de uma abundante força de trabalho. Isso não significou que os negros passaram a ter ótimas oportunidades de trabalho, na realidade, continuaram ocupando os cargos mais pesados e com menores salários, pois a discriminação racial ainda era uma constante.

A partir de 1943, com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que se deu através do Decreto-Lei nº 5.452 (Brasil, 1943), o Brasil passou a criar diversas leis trabalhistas na tentativa de garantir os direitos básicos dos trabalhadores. No entanto tais leis não impediam a discriminação racial em

empregos, ou seja, essas leis não fizeram com que os trabalhadores negros obtivessem melhores condições de trabalho.

Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregos se aplicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico, depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência”. Basta substituir “boa aparência” por “branco” para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro parece difusa, mas viva (Nascimento, 1978, p. 82).

Em 1988 ocorre a promulgação da nova Constituição Federal (Brasil, 1988), na qual marca a importância dos direitos humanos enquanto direito fundamental, sendo um dos momentos mais marcantes da história do país. Foi a partir disso que se tem avanços significativos em relação ao negro no mercado de trabalho. Na própria Constituição Federal em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece: “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). Outra lei de grande relevância para esse momento foi a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (conhecida como Lei Caó⁴), em que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, tal lei “também vedava toda e qualquer forma de discriminação racial no acesso ao emprego tanto na iniciativa privada quanto na administração pública” (Silva, 2013, p. 105).

A Constituição Federal foi um grande progresso no que diz respeito à luta anti-racista e discriminatória, mas isso não significa que na prática, a tradição do preconceito, herdada de um passado escravista, não se manifeste mais, pelo contrário, ela ainda se expressa grandemente. Os dados de 2022 mostram que a população negra tem sido mais ativa no mercado de trabalho (54,2%) do que a branca (44,7%), porém os negros ainda ocupam cargos mais baixos e recebem os menores salários, levando em conta também que muitos trabalham de forma informal (CNN, 2023). Deste modo, é necessário compreender se as lutas e movimentos da população negra pertencente à classe trabalhadora foram suficientes para ir contra esse sistema ou se os métodos de dominação impediram essa revolução.

⁴ Lei criada pelo advogado, jornalista e ex-deputado federal Carlos Alberto Oliveira dos Santos (Caó), no qual era um militante do movimento negro com grande destaque naquele período.

CAPÍTULO 2 – CONSCIÊNCIA DE CLASSE DA POPULAÇÃO NEGRA X MECANISMOS DE DOMINAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

Após fazer uma análise do modo em que a classe trabalhadora negra se estabeleceu no Brasil, é possível compreender como se desenvolveu a consciência de classe desse grupo. Toda a formação histórica da sociedade brasileira nos leva a assimilar de maneira mais precisa como a população negra se vê enquanto classe social. E para isso, é necessário entender o significado de classe e sua conexão com raça.

2.1. Consciência de classe e sua relação racial

De acordo com Mattos (2007, p. 3), a classe é formada “a partir das condições objetivas que opõem, no processo de produção, os produtores diretos, aqueles que, detendo os meios de produção, exploram os que nada possuem”. Deste modo, dentro do sistema capitalista, há a formação de duas classes: dominante (detentora dos meios de produção) e a trabalhadora (a que vende sua força de trabalho em troca de um salário). Como afirma Mattos (2007, p. 3):

No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolve-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores.

Assim, a consciência de classe surge a partir da sua experiência dentro da mesma. E essa experiência “é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente” (Thompson, 2011, p. 09-10 *apud* Lara; Barcelos, 2020, p. 216). Ou seja, na grande maioria das vezes sua classe já é determinada a partir do momento em que você nasce, sendo possível ocorrer mudanças de posição dentro desse modo de produção, porém os métodos de controle ajudam a impedir essas possíveis mudanças. Segundo Lukács (2003, p. 284):

O homem da sociedade capitalista encontra-se diante da realidade “feita” - por si mesmo (enquanto classe) -, como se estivesse em frente a uma “natureza”, cuja essência lhe é estranha; está entregue sem resistência às

suas “leis”, e sua atividade consiste apenas na utilização para seu proveito (egoísta) do cumprimento forçado das leis individuais.

Como explicar, assim, a conexão direta entre raça e classe? Bom, a definição da classe vai para além de aspectos puramente econômicos, pois também envolve questões raciais e políticas. Quando se trata da formação da sociedade brasileira, por exemplo, fica mais fácil analisar essa ligação. Como exposto no capítulo anterior, os europeus ao chegarem em terras brasileiras fizeram dos indígenas seus escravos, um pouco mais tarde, se tem também o negro africano trabalhando de forma forçada, enquanto os donos de escravos eram predominantemente brancos. Posteriormente, quando se tem a abolição e o novo modo de produção, o capitalismo, as relações de trabalho continuaram as mesmas, no qual negros trabalham e obedecem, e os brancos mandam e lideram. A partir disso, fica inegável que raça e classe sempre andam juntas. Até porque “os preconceitos de cor ou de raça só tem sentido se resultarem em posições de classe, distinguindo brancos de negros” (Guimarães, 2002, p. 10 *apud* Ferreira, 2010, p. 130).

Ao fazer um estudo para entender como a população negra se enxerga enquanto classe, é preciso levar em consideração que a consciência de classe se manifesta a partir da experiência, desta maneira, é válido dizer que ele se reconhece como tal, pois vivenciou no Brasil as formas mais extremas de trabalho. Vale também salientar que tal reconhecimento não transforma o negro em um radical/revolucionário, até porque a classe dominante criou e cria diversos mecanismos de dominação e alienação para que o negro fique na posição de submissão. Tais mecanismos foram tão intensificados ao longo da história que chegaram a ser “naturalizados”.

2.2. Luta de classe X mecanismos de dominação

Se faz necessário então, uma discussão a fim de pautar os movimentos e as lutas que a população negra teve perante sua situação de classe, tanto no período escravocrata quanto no período de capitalismo dependente, pois o negro, “tanto durante a escravidão como posteriormente, organizou-se de diversas formas, no sentido de se autopreservar tanto na situação de escravo como de elemento marginal após 13 de maio” (Moura, 1988, p. 112). Também é importante fazer um

levantamento desses mecanismos de dominação e alienação que fizeram com que os negros permanecessem nos patamares mais baixos da sociedade.

Primeiramente, é justo dizer que a classe dominante organiza a sociedade em prol dos seus interesses individuais, e por conta disso foi necessário para ela criar mecanismos de dominação para que seus interesses de classe fossem atendidos. A dominação da burguesia é exercida e guiada a partir do interesse de uma minoria sobre as demais classes, por isso para que a burguesia continue sendo superior no sistema capitalista, resta a alienação/dominação das outras classes (Lukács, 2003). Já a população negra sempre enxergou dentro da sua experiência, antes como escravo e depois como proletário, a divergência de interesses perante a classe dominante. Então, fizeram diversos movimentos para ir contra sua situação, pois “embora esses sujeitos não tivessem uma consciência já formada ou ‘madura’, possuíam vários elementos que os permitiam reconhecer-se enquanto um grupo que possuía interesses antagônicos ao grupo ao qual eram subordinados” (Berdu, 2018, p. 23). No Brasil, os negros começaram a se organizar enquanto grupo desde o início da escravidão como forma de sobrevivência, até dentro dos navios negreiros, onde muitos se identificavam e se uniam por serem do mesmo país ou tribo de origem; essa forma de organização fazia com que os negros pudessem resgatar a cultura africana e trazer à tona sua humanidade (Moura, 1988).

Desta maneira, durante o período escravocrata uma das principais formas de resistência desse grupo foram os Quilombos, que foram criados por escravos que fugiam das fazendas com o objetivo de sobreviverem e se protegerem. Moura (1988, p. 112) destaca a importância dos quilombolas, pois eles “dominavam estradas e áreas territoriais ponderáveis, demonstrando um espírito de luta incomum e uma capacidade organizacional surpreendente”. Outra forma importante de resistência que as pessoas escravizadas usavam para ir contra o sistema era conservar as religiões africanas. Moura (1988, p. 53) afirma que:

Se, no plano da ordenação social, os senhores de escravos criaram uma ordem rigidamente dividida e hierarquizada em senhores e escravos, do ponto de vista do escravo há a organização de movimentos para desordenarem a estrutura, única forma de readquirirem a sua condição humana, do ponto de vista político, social e existencial. E um dos elementos aproveitados é exatamente a religião, que tem, a partir daí, um significado religioso específico, mas, também, um papel social e cultural dos mais relevantes nesse processo.

Em contrapartida, nesse mesmo período, um dos mecanismos de dominação utilizado pela classe dominante foi a religião, baseada no cristianismo. Assim, o

“papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfiz com a conversão dos ‘infiéis’, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro” (Nascimento, 1978, p. 52). No Brasil, “os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do velho-testamento, no qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros” (Linton, 1942, p. 68 *apud* Moura, 1994, p. 2). Tudo isso não passava de um mito para que tanto os indígenas quanto os negros africanos se submetessem a classe dominante. À vista disso, as religiões trazidas da África pelos negros foram totalmente proibidas, e se houvesse alguma suspeita de escravos praticando atos de religiões africanas, os mesmos eram submetidos a sofrer castigos extremamente violentos.

Com o tempo a justificativa da escravidão com base na ideologia cristã foi perdendo força e outras justificativas vieram a calhar, como a doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto (Moura, 1994). Ou seja, era um momento em que o cristianismo era deixado de lado para abrir espaço para a ciência, e através disso foi necessário reformular o mecanismo de dominação. A justificativa para a escravidão do negro era de que ele havia uma predisposição “natural” para o trabalho braçal, e que os mesmos não tinham capacidade de se civilizarem.

Os menos enganados pelos vários mitos tecidos em torno à escravidão no Brasil foram os africanos, que conheciam na própria pele as influências “mitigadoras” da Igreja Católica e as “benevolências” do português. Desde o início da escravidão os africanos confrontaram a instituição, negando factualmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética aptidão natural para trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta (Nascimento, 1978, p. 58-59).

Já no momento pós-abolição e início do modo de produção capitalista, se tem uma nova forma de dominação. Como as formas de controle utilizadas no período escravocrata não coincidiam com o novo sistema, se tem então uma renovação das formas de dominação. Vale ressaltar que por mais que o sistema capitalista disponha de um assalariamento para o trabalhador (diferente do sistema escravista no qual se tinha a mão-se-obra forçada) não significa que o domínio da classe dominante sobre o negro iria se dissipar, pelo contrário, pois, o próprio capitalismo já carrega dentro de si um sistema exploratório de dominação. Segundo Kowarick (1994, p. 104) é necessário, dentro desse sistema, expropriar o trabalhador em um duplo sentido:

De um lado, produzir condições materiais que metamorfoseiam a pessoa em força de trabalho, impedindo sua reprodução autônoma e obrigando-a a se transformar em mercadoria que se vende no mercado de trabalho; de outro, é preciso condicioná-lo, no sentido de “convencê-lo”, a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado em vez de escolher outra alternativa de vida.

Tratando-se de um trabalhador negro essa forma de dominação fica ainda mais intensa, pois o negro não só continuou como mera força de trabalho, como também foi excluído e praticamente proibido de estar nos melhores empregos e receber os melhores salários. Ele foi submetido a trabalhar nos piores lugares, nos quais muitas das vezes não recebia nada em troca. Posto isto, se inicia outra forma de dominação na sociedade brasileira, o embranquecimento da população, também chamado de processo de miscigenação. Nesse momento, “se cria o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria, consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil” (Moura, 1992, p. 56 *apud* Pereira; Sampaio, 2018, p. 436). Então, os imigrantes que estavam chegando da Europa, eram considerados “trabalhadores exemplares”, ou seja, o negro foi rebaixado mais uma vez para que o branco, mesmo no papel de trabalhador, ficasse superior a ele. Esse processo foi criado exatamente para hierarquizar e diferenciar negros e brancos, e tal diferenciação não foi estabelecida apenas para definir quem manda e quem obedece, mas também para assegurar que o branco, dentro da própria classe trabalhadora, tenha melhores empregos e salários que o negro.

Vale frisar que os trabalhadores brancos europeus também, de certa forma, eram superexplorados, e a partir disso se organizaram em prol de lutar por direitos básicos enquanto classe trabalhadora, criando, desta forma, sindicatos. Ao negro, que além de não ser aceito pelos trabalhadores imigrantes, também era proibido de criar organizações trabalhista, restando-lhe outras formas de organizações, muitas das vezes secretas. Se de um lado os sindicatos e entidades políticas-partidárias formaram os trabalhadores brancos, do outro lado, a religião e as associações formaram a consciência de classe e a identidade racial da população de cor (Chagas, 2018).

Sendo assim, o negro continuou se organizando enquanto grupo social, como forma de resistência contra esse sistema que o excluía de todos os âmbitos. Algumas dessas organizações são ligadas a religiões afro-brasileiras, escolas de samba, associações culturais e esportivas, entre outras. Dentre essas organizações, vale destacar os grupos políticos, como a Frente Negra, “já com um nível de

organização e grau de ideologização capazes de levá-los a participar de movimentos mais globalizadores” (Moura, 1988, 113). Outro tipo de organização que ganha ênfase é a imprensa negra, que durante muito tempo teve um papel neutro e sem muitas propostas de luta, somente a partir de 1945, a imprensa negra é marcada por um período de movimentos políticos intensos, “com elementos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou se candidatando a cargos eletivos” (Ferrara, 1992 *apud* Moura, 1988, p. 208), porém essas reivindicações dentro da imprensa negra foram proibidas assim que se iniciou a ditadura de 1964, já que os meios de comunicação foram totalmente controlados.

Com o novo modo de produção e um processo de miscigenação sendo estabelecido no Brasil, os donos dos meios de produção introduziram mais um mecanismo de controle. Visto que a população de cor se sentia insegura perante sua situação dentro desse novo modo de produção, já que a troca de pessoas negras por indivíduos brancos europeus era intensa, trazendo assim um sentimento de indignação por parte dos indivíduos não brancos. E para que não acontecesse possíveis “revoltas” dessa população, se instaura uma das maiores formas de alienação do branco sobre o negro no Brasil: o mito da *democracia racial*, na qual se formou ao longo do pós-abolição para confundir e criar uma falsa consciência da realidade racial, utilizando-se de ideias etnocêntricas. Como o autor Fernandes (2008, p. 312) expõe:

1º - a ideia de que “o negro não tem problemas no Brasil; 2º - a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, “não existem distinções raciais entre nós”; 3º - a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos durante a expansão urbana e industrial (...); 4º - a ideia de que “o preto está satisfeito” com sua condição social e estilo de vida (...); 5º - a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao “negro” executando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania - o que pressupõe o corolário segundo a qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família etc., imperantes na “população de cor”, seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas.

Desta maneira, o mito da *democracia racial* foi utilizado para culpabilizar a própria população de cor por não conseguirem melhores condições de vida, usando uma base meritocrática, além de a classe dominante se ausentar de qualquer responsabilidade para o ajustamento social do negro na sociedade. Assim, a *democracia racial* foi um elemento fundamental para conservar as relações entre negros e brancos advindas do período escravocrata, ou seja, a base tradicionalista e

patrimonialista em relação a camada senhorial permaneceram as mesmas, tanto econômica quanto política e social (Fernandes, 2008). Além de difundir uma falsa consciência sobre uma falsa realidade racial em toda a população brasileira.

Com todos os mecanismos de alienação e dominação do branco sobre o negro desenvolvidos ao longo da história da sociedade brasileira, fica evidente que o negro sempre foi colocado no patamar mais baixo, enquanto “os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país” (Nascimento, 1978, p. 46), isto é, eles estão no status mais alto da sociedade. A população negra trabalhadora sofre, por sua vez, uma dupla alienação, pois “são alienados como membros de uma raça diferente, inferior, em face do branco e como membros de uma classe social também subordinada a outra, na qual a maioria pode ser branca” (Ianni, 1978, p. 77 *apud* Ferreira, 2010, p. 130).

2.3. Negação racial

Desta forma, o negro foi compelido a ter uma visão do branco sempre como o exemplo a ser seguido, o que tinha a aparência “mais bonita”, o único que alcançava “status mais alto na sociedade”. Então, a partir desses elementos, o negro passa a querer ser como o branco, a negar a própria origem e cor, já que somente o branco possui as melhores condições econômicas, sociais e políticas. Portanto, a consciência e a identidade do negro “são, assim, penosamente escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se auto-analisarem, procurando sempre elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante” (Moura, 1988, p. 62). Segundo Nascimento (1978, p. 124), “entre nós há inúmeros exemplos de negros e mulatos tão profundamente marcados por essa assimilação a ponto de manifestarem ódio à própria cor”.

A população negra é capaz de enxergar dentro da sua experiência de classe que a *democracia racial* brasileira não é verdadeira, e que foi elaborada para velar as práticas racistas existentes. Vale dizer que em diversos momentos da história da sociedade brasileira o negro se mostra como negador da sua situação, ou seja, ele compreende que sua situação enquanto classe está errada, até porque “o autoconhecimento do trabalhador como mercadoria já existe como conhecimento prático” (Lukács, 2003, p. 342), porém, “o trabalhador só pode tornar-se consciente

do seu ser social, se se tornar consciente de si mesmo como mercadoria” (Lukács, 2003, p. 340). De acordo com Lukács (2003, p. 184-185):

Como produto do capitalismo, o proletariado está necessariamente submetido às formas de existência do seu produtor. Essa forma de existência é a inumanidade, a reificação. Decerto, por sua simples existência, o proletariado é a crítica, a negação dessas formas de existência. No entanto, até que a crise objetiva do capitalismo se complete, até que o próprio proletariado tenha adquirido uma visão completa dessa crise e a verdadeira consciência de classe, ele é mera crítica da reificação e, como tal, eleva-se apenas negativamente acima do que nega. De fato, quando a crítica não é capaz de ir além da simples negação de uma parte, quando não é sequer capaz de aspirar à totalidade, então ela não consegue de modo algum ultrapassar o que nega.

Desta forma, as pessoas negras não têm dificuldade de se entender enquanto classe, mas sim em criar mecanismos para mudar sua situação. Consequentemente, a população negra trabalhadora “não se articulou em nível de uma consciência de identidade étnica capaz de criar uma contra-ideologia neutralizadora da manipulada pelo dominador” (Moura, 1988, p. 69-70), até porque a forma pela qual o modo de produção capitalista se expressa faz com que se enxergue as coisas como elas são de forma imediata, ou seja, não se consegue enxergar para além das aparências que são dadas, e também não conseguem ver uma forma que mude esse sistema totalmente exploratório.

CAPÍTULO 3 - ELEIÇÕES, BOLSONARO E DOMINAÇÃO DA POPULAÇÃO DE NEGRA

O estudo realizado, que inicialmente buscou compreender a formação da classe trabalhadora negra no Brasil e, em seguida, entender como se desenvolveu sua consciência de classe, foi fundamental para atingir o objetivo central da pesquisa: identificar os principais motivos que levam a classe trabalhadora negra a apoiar políticos cujas posições contrariam seus direitos. Para investigar essas motivações, realizaremos uma análise das últimas eleições presidenciais de 2022.

3.1. Eleições para presidência de 2022

Tais eleições foram um grande marco para a história do Brasil, pois tivemos dois candidatos que disputaram o cargo de forma extremamente intensa e calorosa. De um lado havia Luiz Inácio Lula da Silva, pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), e do outro, havia o candidato Jair Messias Bolsonaro, pertencente ao Partido Liberal (PL). Lula é um ex-metalúrgico, que foi conhecido por ter sido um grande líder sindicalista, no qual organizou diversas greves e movimentos trabalhistas, além de ter sido fundador do próprio partido (PT). Já havia governado o país entre 2003 e 2010, levou destaque pela criação de diversas políticas trabalhistas, e programas de incentivo contra a fome e a pobreza. Já o candidato Jair Bolsonaro, foi marcado por ter servido ao exército e ter se tornado capitão, porém mais tarde dedicou-se a política, sendo vereador em 1988, depois deputado federal entre 1990 e 2018. Todavia, seu grande destaque foi quando se elegeu presidente, atuando de 2019 a 2022. Seu governo foi marcado por apoiar o exército e os grandes empresários, e trazer à tona como seu principal lema a igreja e a “família tradicional”.

As diferenças entre Bolsonaro e Lula são nítidas, visto que um é defensor da extrema direita e o outro da esquerda. Ou seja, foi um momento de total divisão no Brasil, em que familiares e amigos se envolveram em diversas brigas e discussões políticas para defender seu candidato de preferência. Bom, é do conhecimento de todos que o candidato Lula ganhou as eleições com 50,90% dos votos, enquanto o candidato Bolsonaro ficou com 49,10%, ou seja, foi de fato uma das eleições mais divididas da história do Brasil. Porém, não cabe aqui discutir sobre a divergência

entre os candidatos e sua disputa, mas sim, entender em qual posição se encontrava a população negra dentro desse cenário.

Vale ressaltar que pesquisas feitas sobre votos que mostram o quesito racial são difíceis de serem feitas, o que já mostra uma dificuldade para encontrar dados relacionados aos eleitores negros. Entretanto, uma pesquisa feita pelo Datafolha, divulgada pelo site da CNN Brasil, para acompanhar as intenções de voto do segundo turno aponta questões raciais. Entre pessoas da cor preta, Lula seguiu na frente com 57% das intenções, já Bolsonaro obteve apenas 35%; por outro lado, se tratando das intenções de voto entre pessoas da cor branca, Bolsonaro saiu na frente com 50%, ao passo que Lula obteve 43% (CNN, 2022).

Esses dados nos mostram que a maioria da população não branca no Brasil, deu preferência a um deputado de esquerda que tinha como objetivo a luta contra a fome e a pobreza. “Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, entre os 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros (pretos ou pardos), contra 20,8% brancos” (CNN, 2022). Ou seja, é importante dizer que a população negra estava lutando para sair de uma pós-pandemia, marcada por um agravamento da miséria, em um momento em que o governante do país era o então ex-presidente Jair Bolsonaro. Dados mostram que em 2022, havia 67,8 milhões (31,6%) de pessoas em situação de pobreza e 12,7 milhões (5,9%) em extrema pobreza (Agência IBGE Notícias, 2023). Em contrapartida, outros dados mostram que em 2017/2018, antes da entrada de Bolsonaro como presidente, esses números eram menores, em torno de 22,3% de pessoas viviam em algum grau de pobreza (Agência IBGE Notícias, 2023). Isso expõe que durante o governo de Bolsonaro as condições financeiras da população brasileira ficaram ainda mais preocupantes. Isto significa que a situação econômica da população de cor foi ainda pior, visto que estes sempre são os mais afetados.

Sobretudo, mesmo que a maior parte da população negra tenha votado em um candidato que condizia com seus interesses de classe, ainda houve aqueles que, pertencentes a classe trabalhadora negra, apoiavam o então ex-presidente Bolsonaro. A partir disso, cabe então entender que motivos levaram pessoas negras a votar em um candidato cujas propostas não representavam sua classe.

3.2. Bolsonaro e suas principais formas de dominação

Como podemos observar no capítulo anterior, a experiência de classe determina a consciência, isto é, o trabalhador é capaz de entender dentro da sua experiência na luta de classe, sua situação de classe. Lembrando que isso não o faz ser revolucionário, pois por mais que tenha tentado em vários momentos ir contra sua posição dentro desse sistema, haviam diversos mecanismos de dominação que o impedia de alcançar uma consciência social e racial capaz de ser radical. E isso foi possível observar dentro da formação da classe trabalhadora negra no Brasil.

Tais mecanismos ao longo do tempo não perderam forças, pelo contrário foram se modificando e ficando cada vez mais sofisticados, porém as bases continuam as mesmas. E é possível ver a força desses mecanismos dentro do governo de Bolsonaro, onde uma das suas principais armas de dominação foi a igreja. Durante muitas décadas, a igreja católica esteve no poder em conjunto com a elite colonial, ela foi fundamental para preservar a escravidão e proibir qualquer forma de manifestação das religiões de matrizes africanas. Esse destaque continuou mesmo após a proclamação da república e a abolição da escravidão, porém a mesma não havia mais um grande poder no que diz respeito a legislação, mas ainda era a principal religião do país.

No que se refere ao surgimento da igreja protestante/evangélica, ela surge ainda no período escravocrata, através de forte influência estadunidense, sendo algumas famílias (tradicionalistas e escravocratas) já associadas à igreja evangélica. Desta maneira, as pessoas negras foram incorporadas ao evangelho através das famílias escravocratas, dado que era uma religião nova, na qual precisava se consolidar através de novos fiéis. Muitos que se converteram ao evangelho, se tornaram rapidamente missionários, o que na visão dos escravos era uma forma de reconhecimento, pois dentro daquela sociedade, aquilo os tornava importantes (Reina, 2017). E esse sentimento do negro de se sentir importante e especial dentro da igreja evangélica é considerável, pois lá era o único lugar em que o branco dava um certo “acolhimento” a pessoa negra. E tal sentimento se estende até os dias atuais. Uma pesquisa do Datafolha indicou que o perfil de evangélicos é formado em sua maioria por pessoas negras (Veja, 2020).

Cabe ressaltar, que essa aproximação dos negros dentro da igreja evangélica não era muito diferente dos tratamentos racistas e moralistas em que se era praticado no catolicismo. Pois por mais que a igreja evangélica aceitava e acolhia pessoas de cor, ainda existia uma certa hierarquia racial, porque “por muito tempo,

durante o culto, os brancos ocupavam a nave enquanto os negros sentavam ou no fundo ou na galeria” (Reina, 2017, p. 258). Mesmo que com o passar do tempo essa diferenciação racial dentro da igreja evangélica tenha sumido, as práticas preconceituosas ainda existiam, só que de outras maneiras.

Além do ambiente racista que se tinha dentro da igreja, ela ainda traz um significado do que é família, sendo “tradicional”, pois na visão deles uma família (geralmente branca) é formada por um homem hétero como pai, mulher hétero como mãe e os filhos. E dentro dessa “família tradicional” se destaca também o pensamento machista que coloca a mulher em um lugar de submissão ao homem, servindo e cuidando da casa e dos filhos, enquanto o homem é a autoridade moral ou quem “manda” na casa. Assim, as pessoas negras acabam caindo em uma lógica alienante, acreditando em uma ideia de família totalmente fora da realidade da maioria da sociedade brasileira. E, vale ressaltar, que para que os “fiéis” ficassem sob controle permanente da igreja, os mesmos traziam falsas promessas, como dizer que através da servidão os mesmos conseguiriam o “milagre de Deus”, trazendo à tona um caráter totalmente meritocrático.

Posto isso, em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que marca um grande avanço no que diz respeito aos direitos humanos, se tem um progresso em relação à liberdade religiosa. Dentro dos direitos fundamentais, no artigo 5º, inciso VI, estabelece: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (Brasil, 1988). O inciso VII, deste mesmo artigo, também determina: “É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” (Brasil, 1988). Deste modo, a Constituição de 1988, deixava explícito que daquele ano em diante, qualquer pessoa poderia manifestar sua religião, independente de qual fosse, ou seja, o Estado a partir de então, havia se tornado laico.

Nesse período de redemocratização no país, a igreja católica perdia força, enquanto a igreja evangélica se expandia cada vez mais, até mesmo dentro da própria política, visto que os mesmos buscavam eleger representantes políticos para “afirmar sua marca conservadora no campo moral - em aliança com outros setores tradicionais na política - visando estabelecer uma pauta oposta aos direitos humanos e sociais na Constituição de 1988” (Camurça, 2020). Essa busca por representantes políticos fez com que tivesse uma aproximação dos mesmos com a extrema-direita

ligada ao liberalismo, já que compartilham dos mesmos interesses conservadores e moralistas. A partir dessa aproximação, a igreja evangélica se fortaleceu dentro da política. E sua ascensão se deu em 2019, com a entrada de Jair Bolsonaro na presidência da república, pois o mesmo nomeou diversos políticos evangélicos para diversos cargos, inclusive em cargos que correspondiam aos direitos humanos, visando a criação de leis e programas com base na ideologia cristã.

Seguindo essa linha conservadora e tradicionalista, outra principal forma de dominação utilizada por Bolsonaro foram as forças armadas, já que o mesmo serviu ao exército no passado, e chegou a se tornar capitão. O exército sempre teve um papel conservador na história do Brasil, até porque muitos generais do período escravocrata eram latifundiários e donos de escravos, ou seja, as atitudes racistas que se tinha no passado, ainda se mantém nos dias de hoje, porém de outras formas. Vale frisar que as forças armadas tem um histórico de golpes militares, e estabeleceu uma ditadura para garantir o poder absoluto e proteger seus interesses.

Desde a redemocratização dos anos 1980, as Forças Armadas vinham mantendo um papel discreto na vida política. Ao contrário de seus congêneres na Argentina, no Uruguai e no Chile, aqui tinham escapado impunes dos crimes praticados durante a ditadura e preservado sua autorregulação corporativa sobre formação, promoção, relato histórico, organização e assim por diante (Altman, 2022, p. 42).

Desta forma, após a barbárie praticada pela ditadura entre 1964 e os anos 1980, o exército ficou um período fora dos eixos políticos. Somente alguns anos depois que as forças armadas voltaram a receber um certo apoio político. No entanto, como dito anteriormente, o exército é marcado por priorizar seus interesses. Então, em 2014, quando se tem a reeleição de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, o exército militar acreditava que os partidos burgueses tradicionais não tinham força suficiente para derrotar a esquerda, e com a esquerda no poder, o Brasil não atenderia os interesses dos grandes capitalistas. Dado que, de acordo com as forças armadas, o Brasil deveria adotar um papel totalmente voltado para o capital e para o lucro, trazendo à tona as desregulações e as privatizações. Ou seja, uma linha ideológica voltada para o ultraneoliberalismo (Altman, 2022).

Assim, em 2016, as forças armadas se uniram às bancadas de extrema direita, como já era esperado, para participar de mais um golpe, fazendo com que a presidente daquele momento, Dilma Rousseff, sofresse impeachment, trazendo dessa maneira, a queda da esquerda e o retorno da extrema direita ultraneoliberal. Após tal golpe, o exército militar reforça seu apoio a Jair Bolsonaro para ser o

próximo presidente da república. Então, em 2019, com a entrada do mesmo no poder, tendo inclusive, como vice-presidente do país um militar, o general Hamilton Mourão, o exército retoma sua força política. Portanto, o que se pode observar é que tanto a igreja evangélica e as forças armadas, compartilhavam dos mesmos interesses ultraneoliberais, e o Bolsonaro era o símbolo dessa união.

Posto isso, é preciso entender que o liberalismo foi uma das primeiras linhas de pensamento no Brasil, sendo uma das mais fortes. Tal linha de pensamento dizia que cada indivíduo deveria buscar seu próprio status através do mercado, ou seja, se baseava na ideologia do individualismo, da meritocracia e do poder absoluto do mercado. Essa linha de pensamento também foi a que mais deu força para o mito da “democracia racial”. O neoliberalismo não é muito diferente do próprio liberalismo, porém com algumas pequenas distinções, assim suas principais características são: a defesa de um Estado mínimo (tendo o Estado uma pequena parcela do poder sobre o país, sendo a maior parte controlada pelo mercado) e a privatização de todas as empresas públicas. Entretanto, o governo de Jair Bolsonaro foi direcionado para uma intensidade ainda maior das ideias neoliberais, tornando-se, desta maneira, um governo ultraneoliberal. Essas características vinculadas ao pensamento ultraneoliberal trazem grandes vantagens para a classe dominante, no qual, além de ser composta pela igreja e as forças armadas, também é formada pelos grandes empresários, donos de indústrias, e principalmente pelo setor do agronegócio, advindo de famílias tradicionais herdeiras de latifúndios do período da escravidão. Desta maneira, Lynch e Cassimiro (2021, p. 240) afirmam que:

O terceiro segmento de que a coalizão bolsonarista é composta são os economistas neoliberais, encarregados de gerir a economia para atender as demandas da parte mais selvagem do mercado. Durante o processo de construção da campanha presidencial de 2018, Bolsonaro encontrou no economista Paulo Guedes alguém disposto a oferecer-lhe um discurso econômico capaz de atrair setores do empresariado, do capitalismo financeiro e das classes médias simpáticas à promessa de desmonte sistemático do Estado - privatizações, “flexibilização da legislação trabalhista, diminuição radical dos funcionários de carreira da administração pública, etc.

Vale ressaltar que todo esse projeto de estabelecer o ultraneoliberalismo no Brasil, se deu a partir do golpe de 2016, com Michel Temer assumindo o cargo de presidente interino. Pois o mesmo tinha o objetivo de beneficiar os interesses da classe dominante, ao mesmo tempo em que prejudicava a classe trabalhadora. Em seu governo foram aprovadas as Leis nº 13.429/2017, que trata da terceirização (Brasil, 2017), e 13.467/2017, que corresponde à Reforma Trabalhista (Brasil, 2017).

Essas leis, de acordo com Filgueiras, Krein e Oliveira (2019 *apud* Gaspardo; Santos e Marchioni, 2023, p. 4), tinham como finalidade:

Incentivar a celebração de contratos atípicos e reduzir os direitos dos contratos padrões; modificar regras relativas à remuneração e ao salário mínimo; minorar normas pertinentes à segurança e à saúde do trabalhador; fragilizar a fiscalização pública do cumprimento da legislação trabalhista; e desarticular as organizações sindicais.

Em 2019, com o governo Bolsonaro, se tem a continuação e a intensificação da precarização da legislação trabalhista. Visto que neste governo foram criadas diversas Medidas Provisórias com intenção de atender as demandas ultraneoliberais. Como a MP n° 881/2019, que depois foi transformada na Lei n°13.874/2019, na qual diz respeito ao direito à liberdade econômica. Outra Medida Provisória aprovada foi a MP n° 870/2019, posteriormente convertida na Lei n° 13.844/2019, “chamada de Reforma Ministerial, a referida medida promoveu alterações profundas no quadro dos ministérios, extinguindo-os ou fundindo-os” (Gaspardo; Santos e Machioni, 2023, p. 7), dentre essas reformas a que mais chamou atenção foi a extinção do Ministério do Trabalho, um Ministério de grande importância, no qual atende especificamente a classe trabalhadora. As duas Medidas Provisórias representaram um enorme retrocesso no que diz respeito aos direitos humanos e trabalhistas conquistados através de muita luta na Constituição de 1988. O próprio ex-presidente Jair Bolsonaro sempre deixou explícito quais eram suas intenções quanto aos direitos trabalhistas e seu apoio aos grandes empresários. Gaspardo, Santos e Machioni (2023, p. 9) exemplificam tais intenções citando uma fala do próprio Bolsonaro:

As alterações promovidas na estrutura ministerial implicam privilegiar outros interesses na formulação de políticas em detrimento do direito do trabalho, compreendido pelo Executivo Federal como entrave para o desenvolvimento econômico. De fato, em diversas declarações públicas, o presidente da República manifestou-se nesse sentido, durante a campanha eleitoral após o início do governo. Na primeira entrevista como presidente, disse: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista”. Essa manifestação demonstra, além da associação entre o nível de desemprego e a existência de direitos trabalhistas, a devoção ao modelo neoliberal proposto pelos Estados Unidos da América (EUA).

Assim dizendo, Bolsonaro nunca escondeu seu real propósito de precarização das políticas trabalhistas, até porque em seu governo obteve um grande destaque em relação ao desemprego, pois de acordo com dados do IBGE, em 2021 a taxa média anual de desemprego foi de 13,2% (Gov, 2022). E por conta dessa enorme onda de desemprego, muitas pessoas passaram a trabalhar por conta própria em

diversas áreas, fazendo com que a uberização do trabalho se tornasse uma tendência, vale lembrar que essas pessoas por não terem contrato com a CLT, não tinham garantia de um salário fixo mensal, férias, folgas, entre outros direitos. Ou seja, foi um governo que trouxe um dos maiores desmontes dos direitos da classe trabalhadora.

Essa classe, como foi analisada nos capítulos anteriores, é e sempre foi composta em sua grande maioria de pessoas negras. De certa maneira, dentro de um governo ultraneoliberal, as práticas racistas também entram em evidência. O próprio Bolsonaro, já teve diversas atitudes e falas racistas, como em 2017, ao discursar sobre uma visita que havia feito em um quilombo, o mesmo disse “afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”, e que eles “não fazem nada” e “nem para procriadores servem mais” (CNN, 2022).

À vista disso, toda essa união entre a igreja evangélica, as forças armadas, o empresariado brasileiro, e sobretudo, os ultraneoliberais da extrema direita, formaram o governo Bolsonaro, sendo um governo totalmente conservador, moralista, racista, homofóbico, e destruidor dos direitos humanos e trabalhistas. Mas mesmo com todas essas questões, ainda tiveram pessoas negras e trabalhadoras que o apoiaram para se reeleger em 2022. Posto isso, é possível que essas pessoas reconheçam sua classe e sua raça?

Bom, tendo em vista os principais métodos de dominação utilizados por Bolsonaro, fica possível identificar que o negro ainda é dominado pelos mesmos métodos utilizados no período escravocrata, porém de outras formas. A igreja antes era católica e justificava e apoiava a escravidão, hoje a igreja que vem crescendo é a evangélica, que acolhe os negros com o intuito de dominá-los através de “dízimos” e “serviços” prestado a mesma; antes os donos de latifúndios que eram ligados ao exército brasileiro eram proprietários de pessoas escravizadas, hoje as forças armadas (composta de descendentes dos antigos latifundiários) tentam ao máximo atingir posições poder dentro da política para alcançar o poder máximo do país, e ainda permanecem tendo práticas racistas; os grandes empresários ultraneoliberais (formada também por herdeiros de antigos donos de latifúndio e de pessoas escravizadas), atualmente tentam ao máximo minimizar o poder do Estado, apoiando reformas trabalhistas que prejudicam o trabalhador e beneficiem a eles mesmos.

Portanto, é válido dizer que a população negra não é totalmente dominada, pelo contrário, todos os avanços e conquistas que garantiram os direitos dos mesmos, foi através de muita luta, manifestação, movimentos, revoltas praticadas pela maioria dessas pessoas que se reconhecem enquanto negras e trabalhadoras. Entretanto, não se pode negar que ainda não foi possível atingir uma consciência racial e de classe que fosse capaz de ir contra esse sistema que persiste em manter o negro nos níveis mais baixos e desumanos da sociedade. E isso se justifica através desses métodos de dominação, principalmente essa ideia de “democracia racial” que ainda é uma grande aliada da classe dominante, que traz à tona toda essa falsa concepção de que não existe racismo, e todos têm as mesmas oportunidades e por isso todos conseguem “enriquecer” através do esforço.

As pessoas negras ao longo da história não foram ensinadas a amar seu corpo, nem seus costumes, nem suas raízes africanas, muito menos a sua própria cor, ou seja, elas foram forçadas a desejarem ser brancas. Assim, o que aconteceu nas eleições de 2022, onde parte da população negra apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro, não foi pura “ignorância”, como muitos dizem, mas sim o resultado de um processo de dominação constituído pela classe dominante ultraneoliberal, predominantemente branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a análise realizada neste trabalho é necessário interpretar a realidade para além de como ela se apresenta, não se baseando somente na aparência. Pois muitos tem para si que o negro que apoia políticos de direita é simplesmente um “ignorante”, no qual ignora todos os direitos raciais e trabalhistas conquistados através do movimento negro, ou seja, ignora os seus próprios interesses enquanto membro da classe trabalhadora. Tal ignorância, de certo modo, pode até ser verdade, mas existe toda uma historicidade que explica o porquê uma parte da população negra tem esse posicionamento de ir contra os próprios direitos. Quando digo “parte da população negra” é porque não podemos cair na lógica de generalizar esse posicionamento, até porque a grande maioria se movimenta e luta pela garantia dos seus direitos.

Ao longo da pesquisa foi possível compreender toda a complexidade da história da sociedade brasileira, a formação de classes advinda de um processo longo de escravização, e como a população negra lidou com as formas de dominação e desumanização que foram impostas. Toda a trajetória dessa população dentro da sociedade brasileira é marcada por muita luta contra os diversos métodos de dominação utilizados pela classe senhorial no período escravocrata e depois pela classe detentora dos meios de produção no momento de capitalismo dependente.

A escravização de pessoas indígenas e negras foi a base crucial para a formação de classe e a divisão social. É importante dizer que foram os homens e mulheres negras que através da exploração da sua força de trabalho, das lutas e movimentos e de sua cultura, construíram o Brasil que temos hoje. Essa população foi totalmente proibida de ir contra sua própria situação. A igreja não os permitia cultuar sua religião, os obrigava a se converter ao catolicismo; os donos de latifúndio e proprietários de pessoas escravizadas (muitas das vezes eram generais do exército) os castigava e os assassinava caso desobedecessem suas ordens. Essa população não tinha direito de lazer, de descanso, de ser feliz, de amar a própria cor, ou seja, não tinham direito algum, pois eram vistos como apenas uma “mercadoria”. O surgimento do sistema capitalista e a abolição da escravidão não trouxe mudanças na divisão racial, pois de acordo com Moura (1988, p. 23):

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu

basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados.

O negro seguiu sendo explorado, pois mesmo com a mudança no modo de produção, a classe dominante continuou a mesma, predominantemente branca e racista. Ou seja, a igreja católica continuou reprimindo as religiões africanas, abrindo espaço posteriormente para a igreja evangélica, onde não teve muitas mudanças, visto que têm em comum as práticas conservadoras e racistas; o exército manteve seu caráter discriminatório; os proprietários de escravos, que em seguida se tornaram empregadores, permaneceram explorando intensamente o negro. Vale destacar também o mito da “democracia racial”, criada pela classe dominante para confundir a consciência da população negra com uma falsa realidade racial.

Portanto, apoiado nas análises da formação da classe trabalhadora negra brasileira, que para além do seu histórico de luta e movimento, também foi marcado pela dominação de uma elite majoritariamente branca e extremamente racista. Isso ficou evidente nas eleições de 2022, pois o Bolsonaro era a representação de todas as formas de dominação dessa elite, no qual a população negra foi compelida a se submeter. Bolsonaro sempre deixou nítido seus interesses de classe enquanto membro da classe dominante, ele não escondeu seus objetivos ultraneoliberais.

A parte da população negra que apoiou a reeleição de Jair Bolsonaro, não era puramente “ignorante”, pois eles se reconhecem enquanto classe trabalhadora, porém sua consciência ainda é dominada pelos métodos da elite branca, fazendo com que o negro busque sua ascensão social através da ideologia ultraneoliberal.

Desta maneira, destaco que a intenção da pesquisa não foi justificar o posicionamento de pessoas negras ao votarem em um político de extrema direita, pelo contrário, até porque a grande maioria dessas pessoas lutou e conquistou a derrota de um grande representante da extrema direita em 2022. O que quero apontar é a necessidade dessa pesquisa para entender tal posicionamento, com o propósito de fazer com que essa parcela da população negra possa finalmente se libertar das garras da classe dominante branca que manipula todo o sistema capitalista sob a finalidade de benefícios próprios, utilizando-se da exploração permanente deste grupo. Assim, cabe a classe trabalhadora negra continuar se movimentando a fim de libertar os nossos dessa falsa consciência, e lutando contra esse sistema para garantir uma vida digna e livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Breno. O "Partido Militar" e Sua Posição no Governo Bolsonaro. In: BUZETTO, Marcelo. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas**. São Paulo: Cut - Central Única dos Trabalhadores, 2022. p. 166.

BELANDI, Caio. Três novos índices mostram queda da pobreza e da vulnerabilidade entre 2008-2009 e 2017-2018. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37716-tres-novos-indices-mostram-queda-da-pobreza-e-da-vulnerabilidade-entre-2008-2009-e-2017-2018>>. Acesso em: 6 de nov. de 2024.

BERDU, Livia Cintra. **Trabalhadores Negros no Processo de Formação da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro (1988 - 1910)**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

_____. Desemprego no país cai para 11,1% no quarto trimestre de 2021. Portal do Governo Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/02/desemprego-no-pais-cai-para-11-1-no-quarto-trimestre-de-2021#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,chegava%20a%2012%2C6%25>. Acesso em: 22 nov. 2024.

_____. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

_____. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União* 2017; 14 jul.

_____. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF: Presidência da República.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Revista Nupem**, [S.L.], v. 12, n. 25, p. 82-104, 21 jan. 2020. Universidade Estadual do Paraná - Unespar.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CHAGAS, C. P. A. . Tradições e Resistência: terreiros, sindicatos e consensos na formação da classe trabalhadora negra carioca (1905-1940). In: **XVIII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias**, 2018, Niterói. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo S.A., 2008.

FERREIRA, Camila Manduca. **O Negro na Gênese do Serviço Social**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GASPARDO, Murilo; SANTOS, Letícia Rezende; MARCHIONI, Artur. Avaliação legislativa das reformas trabalhistas promovidas por meio de medidas provisórias no Governo Bolsonaro. **Revista Direito Gv**, [S.L.], v. 19, p. 1-27, 2023.

GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>>. Acesso em: 6 de nov. de 2024.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no brasil. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1994.

LARA, Ricardo; BARCELOS, Jonaz Gil. Classe e racismo na formação social brasileira. **Revista Linhas**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 204-223, 13 ago. 2020. Universidade do Estado de Santa Catarina.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis Revista Chilena de Investigaciones Estéticas**, [S.L.], n. 70, p. 223-249, dez. 2021. Pontificia Universidad Católica de Chile.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências Comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no brasil. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo.

MOURA, Clóvis. **O Racismo Como Arma Ideológica de Dominação**. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, 1994.

_____, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática S. A., 1988. 250 p. (Fundamentos).

NAKAMURA, João. Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponta IBGE. **CNN Brasil**, 2023.

Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-apontam-bge/>>. Acesso em: 4 de nov. de 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1978.

PESTANA, Maurício. O voto negro no segundo turno. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mauricio-pestana-o-voto-negro-no-segundo-turno/>>. Acesso em: 4 de nov. de 2024.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 432-445, dez. 2018.

PORTO, Douglas. Bolsonaro utiliza termo considerado racista para se referir a peso de apoiador. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-utiliza-termo-considerado-racista-para-se-referir-a-peso-de-apoiador/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.

REINA, Morgane Laure. Pentecostalismo e Questão Racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica. **Plural**: Revista do programa de pós-graduação em sociologia na USP, São Paulo, v. 242, p. 253-275, 2017.

SILVA, René Marc da Costa. História dos Trabalhadores Negros no Brasil e Desigualdade Racial. **Universitas Jus**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 93-107, 2013.

ROMANO, Giovanna. Datafolha: Mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos. **Veja**, 2020. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.